

# Saúde só usa 40% de sua capacidade

Da sucursal de  
BRASÍLIA

A Previdência Social calcula que os serviços públicos de assistência à saúde no País funcionem com um nível de 60% de ociosidade, gerando concentração dos recursos nas regiões mais desenvolvidas, descoordenação, desarticulação, inadequação e o conseqüente paralelismo de ações no setor, afirmou ontem o ministro Jair Soares em palestra na VII Conferência Nacional de Saúde.

Revelou o ministro que as despesas com assistência médica previdenciária quintuplicaram nos últimos dez anos, estimando-se que o setor saúde venha a consumir este ano Cr\$ 230 bilhões num País onde cerca de 30 mil médicos recém-formados trabalham em condições de subemprego, e onde existem aproximadamente 70 órgãos públicos atuando diretamente na área de saúde.

Reconheceu como "distante da categoria satisfatório", o quadro sanitário e assistencial, marcado por acentuadas diferenças entre regiões e entre grupos populacionais, comprometendo-se a "romper este ciclo vicioso e reverter a situação atual", desafio que entende como de natureza "econômica, administrativa e principalmente político-social".

Em discurso bastante inflamado, Jair Soares denunciou o paralelismo de ações e de saúde existente nos postos do Inamps e secretarias estaduais, provocando enorme evasão de recursos financeiros, humanos e materiais. Apontou a distorção como a responsável pelos baixos níveis de rendimento e ociosidade desses serviços e, conseqüentemente, do atendimento insatisfatório prestado à população.

"É a primeira vez na história do País que dois ministros da área social se acasalam para defender a mesma posição", declarou Jair Soares demonstrando ser possível fazer integração no setor Saúde, fato inédito até a intenção manifestada por este governo em implantar o Prev-Saúde. O programa pretende unificar as ações exercidas isoladamente pelos Ministérios da Saúde e Previdência Social, dirigindo-as prioritariamente às populações marginalizadas de atendimento médico-assistencial.

Com esta união, espera Jair Soares afastar as deficiências

de recursos materiais, especialmente em medicamentos; colocar em funcionamento equipamentos sem uso; reparar unidades de saúde necessitando de reconstrução integral ou parcial; formar recursos humanos — hoje desatualizados — em quantidade e qualidade suficientes, assegurando-lhes remuneração adequada e justa, que favoreça a educação continuada e perspectiva profissional.

Na quarta-feira à noite, em sua palestra, o ministro da Saúde, Waldir Arcoverde, havia confirmado o bom entendimento entre o seu Ministério e o da Previdenciária Social e anunciou que, em 60 dias, apresentará à Secretaria do Planejamento proposta básica de implantação do Prev-Saúde. O projeto será enviado ao Conselho de Desenvolvimento Econômico onde será negociada a obtenção de recursos externos do BID e Banco Mundial.

Arcoverde destacou as realizações dos dois Ministérios, considerando a formação de recursos humanos para produção de vacinas contra o sarampo, ainda este ano, e contra a poliomielite nos próximos três anos, como as principais. E informou que está em construção um laboratório de controle de qualidade para realizar pesquisas químico-farmacêuticas dirigidas às doenças tropicais.

Convidados por Arcoverde e Jair Soares a denunciarem os principais problemas que afligem seus Estados e que refletirão na implantação do Prev-Saúde, o secretário de Saúde de Pernambuco, Djalma Oliveira, denunciou que as migrações de médicos e doentes no Estado "propiciam distorções que agriem a própria ética". Reclamou do atraso na liberação de recursos pelo Inamps; e pediu prioridade no credenciamento dos 114 hospitais públicos de Pernambuco, dos quais nem a metade pertence ao Inamps, recaindo toda a manutenção da rede à Secretaria estadual.

O secretário de Saúde do Pará, Almir Gabriel, lembrou que o "Brasil, embora tendo buscado pelo menos no sentido formal, uma idéia real de federação para a execução de uma política nacional global, está longe de operá-la". Disse que os recursos não são transferidos com a mesma velocidade com que são impostos os encargos aos Estados.

"O fundamental agora é que o País busque fórmulas e

adquirir coragem para assumir o risco de descentralizar", observou Gabriel, lamentando o fato de que na maioria das vezes "o representante de um órgão federal dentro do Estado é muito mais um preposto que uma autoridade comunitária engajada na busca de soluções para os problemas da região".

O secretário de Saúde da Bahia, Jorge Novis, reclamou da falta de aplicação racional de recursos na área de saúde e de estruturação no governo federal para avaliar com precisão as reais necessidades dos Estados, enfatizando a necessidade de uma "estrutura administrativa moderna, que permita a apropriação de custos e um planejamento racional de saúde, para que dentro da realidade de nossa pobreza possamos enfrentar os problemas com chances de dar-lhes soluções".

Adib Jatene, secretário de Saúde de São Paulo, pregou a necessidade urgente de definição de recursos e prioridades por parte do governo federal para a implantação da rede básica, considerando fundamental a alocação específica de verbas para o setor.

Lamentou que um Estado como São Paulo, detentor de metade da arrecadação da Previdência Social, dependa quase que exclusivamente de verbas estaduais para definir seus programas sanitários, recursos estes que não atendem às necessidades mínimas da população.

## DESCASO

Um grupo de deputados da Comissão de Saúde da Câmara encaminhou, ontem, um documento ao ministro da Saúde, Waldir Arcoverde, afirmando que a VII Conferência Nacional de Saúde, que se realiza em Brasília, "foi programada no sentido de beneficiar um grupo restrito e privilegiado, ignorando mesmo os órgãos técnicos da Câmara dos Deputados".

Os parlamentares lamentam o descaso do Ministério da Saúde para com a Comissão de Saúde, uma vez que seus membros sequer foram notificados ou convidados para a VII Conferência. O órgão da Câmara, afirmam, é constituído de médicos, representando os mais distantes regiões do País e portadores, portanto, do dever e das condições para levar até à comunidade que representam os resultados obtidos através da Conferência.